



RONALDO CRAMER

**PRECEDENTES
JUDICIAIS
TEORIA E
DINÂMICA**



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra. Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2016 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 24.08.2016

- CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C925p

Cramer, Ronaldo

Precedentes judiciais: teoria e dinâmica / Ronaldo Cramer. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7276-9

1. Processo civil - Brasil. 2. Direito processual civil - Brasil. I. Título.

16-35505

CDU: 347.91/95(81)

SUMÁRIO

.....

INTRODUÇÃO	1
A origem desta obra.....	1
Apresentação do tema	1
O plano deste trabalho	10
O desafio da proposta.....	12
1 COMMON LAW E CIVIL LAW: A TENDÊNCIA DE CONVERGÊNCIA.....	13
1.1. <i>Common Law</i>	13
1.2. <i>Civil Law</i>	23
1.3. Tendência de convergência entre <i>Common Law</i> e <i>Civil Law</i>	28
2 O PRECEDENTE NO DIREITO COMPARADO E NO DIREITO BRASILEIRO	35
2.1. O precedente judicial nos sistemas jurídicos de outros países....	35
2.1.1. Portugal	35
2.1.2. Itália	38
2.1.3. Alemanha	40
2.2. O precedente no sistema jurídico brasileiro	42
2.2.1. O novo Código de Processo Civil	48
3 FUNDAMENTOS PARA A ADOÇÃO DE UM SISTEMA DE PRECEDENTES	51
3.1. Fundamentos deontológicos.....	54
3.1.1. Segurança jurídica.....	54
3.1.2. Isonomia.....	59
3.2. Fundamentos pragmáticos.....	61
3.2.1. Duração razoável do processo.....	61

3.2.2.	Desestímulo à litigância	62
3.2.3.	Solução para as causas repetitivas	63
3.3.	Críticas para adoção de um sistema de precedentes.....	64
4	TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO DIREITO PROCES-	
	SUAL CIVIL	67
4.1.	Distinção entre precedente e jurisprudência	72
4.2.	Ideologia do sistema de precedentes do Direito Processual Civil brasileiro	74
4.3.	Conceito de precedente	76
4.3.1.	Conceito de precedente para o sistema de precedentes do Direito Processual Civil brasileiro.....	79
4.3.1.1.	A condição de precedente	79
4.3.1.2.	Precedente e súmula.....	81
4.3.1.3.	Conceito adaptado	86
4.3.2.	Pressupostos do precedente	87
4.3.3.	A norma do precedente.....	88
4.3.4.	Ainda sobre a norma do precedente: o papel dos tribunais na criação do direito.....	93
4.3.5.	Precedente como espécie de estabilidade processual	96
4.4.	Funções do precedente	98
4.5.	Natureza jurídica do precedente	101
4.6.	Elementos do precedente	102
4.6.1.	<i>Ratio decidendi</i>	105
4.6.2.	<i>Obiter dictum</i>	107
4.6.3.	Distinção entre <i>ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i>	109
4.7.	Classificação do precedente	113
4.7.1.	Quanto à origem: precedente vertical e precedente horizontal	113
4.7.2.	Quanto à eficácia: precedente persuasivo e precedente vinculante.....	115
4.7.2.1.	Precedente vinculante e atividade arbitral	117
4.7.2.2.	Precedentes estrangeiros e jurisdição brasileira.....	120
4.7.2.3.	Precedente e negócio processual	122
4.8.	Princípios informadores do sistema de precedentes	123

4.8.1.	Princípio da segurança jurídica.....	123
4.8.1.1.	Uniformidade, estabilidade, integridade e coerência.....	124
4.8.1.2.	A tese da única resposta correta.....	129
4.8.2.	Princípio da isonomia	131
4.8.3.	Princípio da congruência.....	132
4.8.4.	Princípio da colegialidade.....	133
4.8.5.	Princípio da motivação.....	134
4.8.6.	Princípio do contraditório	136
4.8.7.	Princípio da publicidade	137
4.9.	A dinâmica do precedente	138
4.9.1.	Aplicação	139
4.9.2.	Rejeição	140
4.9.3.	Distinção	141
4.9.4.	Superação	145
4.9.4.1.	Superação parcial.....	152
4.9.4.2.	Transformação ou superação implícita	153
4.9.4.3.	Modulação dos efeitos da superação	153
4.9.4.4.	Superação antecipada.....	158
4.9.4.5.	Tentativa de superação do precedente como exceção à negativa de seguimento do recur- so excepcional com base no inciso I do art. 1.030 do NCPC.....	159
4.9.4.6.	Sinalização.....	162
4.9.4.7.	Superprecedente	163
4.9.5.	Impugnação do precedente.....	165
4.9.6.	Impugnação da decisão que aplica ou não o preceden- te vinculante.....	167
4.9.7.	Ação rescisória com fundamento em precedente.....	171
4.9.8.	Ação rescisória com fundamento na técnica de distin- ção do precedente.....	175
4.10.	Interpretação do art. 927 do NCPC.....	176
4.10.1.	O histórico do art. 927 do NCPC.....	176
4.10.2.	As correntes de interpretação do art. 927 do NCPC.....	183
4.10.3.	O art. 927 do NCPC institui um rol de precedentes vinculantes	188

4.10.4.	Os precedentes vinculantes no novo CPC.....	192
4.10.4.1.	As decisões de controle concentrado de constitucionalidade.....	192
4.10.4.2.	As súmulas vinculantes.....	194
4.10.4.3.	As decisões nos incidentes de assunção de competência e de julgamento de casos repetitivos.....	195
4.10.4.4.	As súmulas do STJ e do STF.....	196
4.10.4.5.	As decisões dos órgãos de cúpula dos tribunais.....	197
4.11.	Interpretação dos dispositivos que preveem o uso do precedente como técnica de abreviação do procedimento.....	198
4.12.	O impacto do sistema de precedentes na cultura processual.....	201
4.13.	O impacto do sistema de precedentes no ensino jurídico.....	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		209
METANOTAS POSFACIAIS: NOTAS ÀS NOTAS CONCLUSIVAS.....		219
BIBLIOGRAFIA.....		225